

Enciclopédia do Românico em Portugal

PORTUGAL

VOLUME I

Enciclopédia do Românico em Portugal

PORTUGAL

VOLUME I

Diretor

José María Pérez González

Coordenação geral

Jaime Nuño González

Coordenação científica

Maria Leonor Botelho

Mário Jorge Barroca

Lúcia Cardoso Rosas

César Guedes



Centro de Estudios del Románico

AGUILAR DE CAMPOO

2023

Coordenação geral

JAIME NUÑO GONZÁLEZ

Coordenação científica

MARIA LEONOR BOTELHO
MÁRIO JORGE BARROCA
LÚCIA CARDOSO ROSAS
CÉSAR GUEDES

Coordenação técnica

CÉSAR GUEDES
PEDRO LUIS HUERTA HUERTA

Administração

REYES ALONSO CASTREÑO

Autores dos textos

Estudos introdutórios gerais

ADELAIDE MIRANDA
ANA CRISTINA SOUSA
JOSÉ AUGUSTO SOTTOMAYOR-PIZARRO
LÚCIA CARDOSO ROSAS
LUÍS CARLOS AMARAL
LUÍS CORREIA DE SOUSA
LUÍSA TRINDADE
MARIA LEONOR BOTELHO
MARIA JOÃO MELO
MÁRIO JORGE BARROCA
NUNO RESENDE
PAULA PINTO COSTA

Estudos dos testemunhos românicos

ADELAIDE MIRANDA (AM)
ALICIA MIGUÉLEZ CAVERO (AMC)
ANA CRISTINA SOUSA (ACS)
CÉSAR GUEDES (CG)
CLÁUDIA CUNHA (CC)
ISABEL CRISTINA FERREIRA FERNANDES (ICFF)
JOANA LENCART (JL)
LÚCIA CARDOSO ROSAS (LCR)
LUÍS CORREIA SOUSA (LCS)
MANUEL PEDRO FERREIRA (MPF)
MARIA JOÃO MELO (MJM)
MARIA LEONOR BOTELHO (MLB)
MÁRIO CUNHA (MC)
MÁRIO JORGE BARROCA (MJB)
MÁRIO VARELA GOMES (MVG)
NUNO RESENDE (NR)
RITA CASTRO (RC)
ROSA VARELA GOMES (RVG)
SILVANA VIEIRA DE SOUSA (SVS)
TIAGO CRUZ (TC)

Autores das fotografias

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO
(ANTT)
BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE (BNF)
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP)

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO
(BPMP)

BING MAPS
BRITISH MUSEUM (BM)
CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA (CME)
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA POUCA DE
AGUIAR (CMVPA)
CÉSAR GUEDES (CG)
CLÁUDIA CUNHA (CC)
DIREÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E
MONUMENTOS NACIONAIS (DGEMN)
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA DO NORTE
(DRCN)
FRANCISCO PIQUEIRO/FOTO ENGENHO (FP)
GIL MARTINS (GM)
GOOGLE MAPS
JAIME NUÑO GONZÁLEZ (JNG)
JOÃO FERRAND FOTOGRAFIA (JFF)
LUÍS FERREIRA ALVES (LFA)
LUÍSA TRINDADE (LT)
MARIA LEONOR BOTELHO (MLB)
MARIANA SILVA (MS)
MÁRIO JORGE BARROCA (MJB)
MÁRIO VARELA GOMES (MVG)
MARTA FERREIRA (MF)
MÉDIATHÈQUE JACQUES-CHIRAC, TROYES
CHAMPAGNE MÉTROPOLE (MJCTCM)
MICHAEL SCHLAPKOHL (MSCH)
MUSEU DE ARTE SACRA DE AROUCA (MASA)
MUSEU DE ARTE SACRA DO FUNCHAL (MASF)
MUSEU NACIONAL GRÃO VASCO, DIREÇÃO-
GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL
(MNGV-DGPC)
NUNO BASTOS (NB)
NUNO RESENDE (NR)
PALAIS DES BEAUX-ARTS DE LILLE (PBAL)
ROSA VARELA GOMES (RVG)
ROTA DO ROMÂNICO (RR)
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓ-
NIO ARQUITETÓNICO / DIREÇÃO-GERAL DO
PATRIMÓNIO CULTURAL (SIPA-DGPC)
SILVANA VIEIRA DE SOUSA (SVS)
TESOURO MUSEU DE ARTE SACRA DA SÉ DE
VISEU (TMASSV)
TIAGO CRUZ (TC)
UNIVERSITEIT LEIDEN, LEIDEN UNIVERSITY
LIBRARIES (UL)

Coordenação dos planos

TERESA CUNHA FERREIRA

Revisão dos planos

TERESA CUNHA FERREIRA
MARIANA CARVALHO

Desenhos elaborados para a

Enciclopédia do Românico em Portugal

GIL MARTINS (GM)
MARIANA SILVA (MS)

MARTA FERREIRA (MF)
MIGUEL TOMÉ (MT)
NUNO BASTOS (NB)
SIMONE RUIVO (SR)
TERESA CUNHA FERREIRA (TCF)

Fontes e cedência de planos

AGOSTINHO LEMOS (AL)
AMÂNDIO CUPIDO (AM)
ANA INÁCIO (AI)
ANDRÉ MACHADO (AM)
ANTÓNIO RIBEIRO (AR)
ARCHEO'ESTUDOS, LDA. (AEL)
BLEDIAN NELLA (BN)
CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL
(CMAS)
CÂMARA MUNICIPAL DE ALONDROAL (CMAL)
CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAMAR (CMAR)
CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO (CMG)
CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO (CMLAM)
CÂMARA MUNICIPAL DE LANHOSO (CMLAN)
CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA (CMLEI)
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (CMLIS)
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (CMPAL)
CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA (CMPEN)
CÂMARA MUNICIPAL DE SABUGAL (CMSAB)
CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES (CMSIL)
CÂMARA MUNICIPAL DE TRANCOSO (CMT)
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA
BARQUINHA (CMVNB)
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA POUCA DE
AGUIAR (CMVPA)
CRISTINA COSTA (CC)
DAVID MÓSCA (DM)
DIREÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E
MONUMENTOS NACIONAIS (DGEMN)
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA DO NORTE
(DRCN)
EDUARDO VILA-CHÃ (EVC)
EMPATIA. ARQUEOLOGIA, CONSERVAÇÃO E
RESTAURO (EACR)
ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE
DO MINHO (EAUM)
FRANCISCO BARATA (FB)
FRANCISCO OLIVEIRA (FO)
FUNDACIÓN SANTA MARÍA LA REAL (FSMLR)
G. ALVES (GAL)
GABRIEL ANDRADE (GAN)
GABRIEL SILVA (GS)
GABRIELA VASCONCELOS (GV)
GONÇALO BYRNE (GB)
HUGO ALMEIDA (HA)
HUGO MONTE (HM)
HUGO PIRES (HP)
ISABEL NORTON (IN)
JOANA ARAÚJO (JAR)
JOANA MOREIRA (JM)
JOSÉ AGUIAR (JAG)
JOSÉ NEVES (JN)

JORGE DA COSTA (JC)
L. LIMA (LL)
LÍDIA COSTA (LC)
LUÍS RODRIGUES (LR)
LUÍS TRINIDADE (LT)
MÁRIO JORGE BARROCA (MJB)
MARTA FERREIRA (MF)
MIGUEL MALHEIRO (MM)
MIGUEL ROCHA (MR)
MIGUEL TOMÉ (MT)
NILMA MUÑOZ (NMU)
NUNO MOREIRA (NMO)
PABLO BAÑASCO (PB)
PEDRO AZEVEDO (PA)
PEDRO BISCAIA (PBI)
PEDRO NOGUEIRA (PN)
PEDRO PACHECO (PP)
PRATIK GAJJAR (PG)
R. OLIVEIRA (RO)
RAQUEL PINHO (RP)
RICARDO DIAS (RD)
RICARDO TEIXEIRA (RT)
ROSA VARELA GOMES (RVG)
ROTA DO ROMÂNICO (RR)
RUI COUTO (RC)
RUI FARIA (RF)
SANDRA RALHA (SR)

SÉRGIO AZEVEDO (SA)
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO / DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL (SIPA-DGPC)
SILVIA MENDES (SM)
SUSANA COSME (SC)
TERESA CUNHA FERREIRA (TCF)
TIAGO CARVALHO (TC)
TOPARCOS, LDA. (TAL)
VISTRAÇO. ATELIER DE ARCHITECTURE E ENGENHARIA, LDA. (VAAEL)

Revisão bibliográfica

CÉSAR GUEDES

Índices

JAIME NUÑO GONZÁLEZ

Cartografia

DIELMO 3D, S.L.

Edição

JESÚS HERRÁN CEBALLOS

Supervisão

BEGOÑA DIEZ MIGUELÁÑEZ

Edita

FUNDACIÓN SANTA MARÍA LA REAL DEL PATRIMONIO HISTÓRICO
Centro de Estudios del Románico
Monasterio de Santa María la Real
34800-Aguilar de Campoo (Palencia)
www.encyclopediadelromanico.com

© Dos textos, das fotografias e dos planos: autores

© Da edição: Fundación Santa María la Real del Patrimonio Histórico

ISBN (obra completa) 978-84-17158-41-5

ISBN (tomo I) 978-84-17158-42-2

ISBN (tomo II) 978-17158-43-9

ISBN (tomo III) 978-17158-44-6

Depósito legal: P 151-2023

Design e impressão

CAMUS IMPRESORES, S.L.

Parque Emp. de Morero, parcela 2-11,
nave 19 / 39611 Guarnizo (Cantabria)

Agradecimentos

A Fundação Santa María la Real manifesta a sua gratidão a todos aqueles e a todas as instituições que tornaram possível este trabalho, desde o seu início até à sua conclusão, superando dificuldades e abrindo caminho, sempre com absoluta bondade e muitas vezes desinteressadamente, facilitando os nossos pedidos. Gostaríamos, especialmente, de agradecer ao grande grupo de pessoas anónimas, párocos ou paroquianos, que abriram as portas das igrejas, ou aos colaboradores dos museus e monumentos que tornaram possível o acesso às peças ou a espaços mais res-
tritos. Agradecemos por terem aguardado com infinita paciência o tempo que foi necessário para podermos desenvolver o nosso trabalho. Sem a sua ajuda, este trabalho e o estudo e conservação do património cultural, em geral, seria impossível.



FUNDACIÓN
RAMÓN ARECES



Sumário

APRESENTAÇÕES

José María Pérez González <i>Diretor da Enciclopédia do Românico na Península Ibérica</i>	15
Raimundo Perez-Hernández <i>Diretor Geral da Fundación Ramón Areces</i>	17
Apresentação geral <i>Maria Leonor Botelho, Mário Jorge Barroca, Lúcia Maria Cardoso Rosas e César Guedes</i>	19

ESTUDOS

A aristocracia e a expansão do românico (séculos XI - XIII) <i>José Augusto Sotomayor-Pizarro</i>	25
A restauração eclesiástica do Norte hispânico e a formação da primeira rede diocesana portuguesa (séculos XI-XIII) <i>Luís Carlos Amaral</i>	41
As Ordens Militares na época românica <i>Paula Pinto Costa</i>	61
A pontística medieval <i>Nuno Resende</i>	75
Urbanismo na época românica <i>Luísa Trindade</i>	87
Arquitetura civil e militar portuguesa durante o Românico <i>Mário Jorge Barroca</i>	103
Arquitetura Românica de função religiosa <i>Lúcia Cardoso Rosas</i>	119
Para Deus o melhor... Ourivesaria e torêutica do Românico <i>Ana Cristina Sousa</i>	139
Manuscritos iluminados do Românico <i>Adelaide Miranda, Luís Correia de Sousa e Maria João Melo</i>	159
Os restauros da DGEMN e a construção da imagem do românico português <i>Maria Leonor Botelho</i>	175

CATÁLOGO

VOLUME I

ÁGUEDA (Lamas do Vouga)	191
<i>Ponte do Cabeço de Vouga</i>	191
ALANDROAL (Juromenha)	195
<i>Castelo de Juromenha</i>	195
ALCÁCER DO SAL (Alcácer do Sal)	203
<i>Castelo de Alcácer do Sal</i>	203
ALCOBAÇA (Alcobaça)	211
<i>Castelo de Alcobaça</i>	211
<i>Mosteiro de Santa Maria</i>	215
<i>Mosteiro de Santa Maria. Jacente da Rainha D. Urraca</i>	220
ALJEZUR (Aljezur)	227
<i>Castelo de Aljezur</i>	227
<i>Ribãt de Arrifana</i>	230
AMARANTE (Freixo de Baixo)	239
<i>Mosteiro do Divino Salvador</i>	239
AMARANTE (Gatão)	247
<i>Igreja de São João Batista</i>	247
AMARANTE (Gondar)	253
<i>Igreja de Santa Maria</i>	253
AMARANTE (Jazente)	261
<i>Igreja de Santa Maria</i>	261
AMARANTE (Lufrei)	267
<i>Mosteiro de São Salvador</i>	267
AMARANTE (Mancelos)	271
<i>Mosteiro de São Martinho</i>	271
AMARANTE (Padronelo)	281
<i>Paço de Dona Loba</i>	281
AMARANTE (Real)	285
<i>Igreja de São Salvador</i>	285
AMARANTE (Telões)	289
<i>Igreja de Santo André</i>	289
AMARANTE (Travanca)	295
<i>Mosteiro de São Salvador</i>	296
AMARES (Pousada)	311
<i>Ponte do Porto</i>	311
AMARES (Santa Maria de Ferreiros)	315
<i>Torre de Vasconcelos</i>	315
ARCOS DE VALDEVEZ (Ermelo)	321
<i>Mosteiro de Santa Maria</i>	322
ARCOS DE VALDEVEZ (Giela)	335
<i>Paço de Giela</i>	335
ARCOS DE VALDEVEZ (Miranda)	339
<i>Mosteiro de Santa Maria</i>	339
ARCOS DE VALDEVEZ (Monte Redondo)	343
<i>Igreja de São Martinho/São Bartolomeu</i>	343
ARCOS DE VALDEVEZ (Sabadim)	347
<i>Igreja de São Salvador</i>	347

ARCOS DE VALDEVEZ (Comenda de Távora)	351
<i>Capela de São João Batista da Comenda</i>	351
ARMAMAR (Armamar)	359
<i>Igreja de São Miguel</i>	360
AROUCA (Arouca)	369
<i>Mosteiro de Arouca. Díptico-relicário de Arouca</i>	369
AROUCA (Santa Eulália).....	385
<i>Marmoiral de Santo António</i>	385
BAIÃO (Ancede)	389
<i>Igreja Velha do mosteiro de Ermelo</i>	390
<i>Mosteiro de Santo André</i>	393
BAIÃO (Valadares).....	399
<i>Igreja de Santiago</i>	399
BARCELOS (Abade de Neiva).....	405
<i>Igreja de Santa Maria</i>	405
BARCELOS (Areias de Vilar)	413
<i>Mosteiro de Vilar de Frades</i>	413
BARCELOS (Balugães)	421
<i>Igreja Velha de São Martinho</i>	421
BARCELOS (Manhente)	425
<i>Mosteiro de São Martinho</i>	425
BARCELOS (Rio Covo - Santa Eulália)	435
<i>Igreja de Santa Eulália</i>	435
BARCELOS (Vila Cova)	441
<i>Mosteiro de São Salvador de Banho</i>	441
BARCELOS (Vila Seca)	447
<i>Igreja de Santiago</i>	447
BOTICAS (Covas do Barroso)	451
<i>Igreja de Santa Maria</i>	451
BRAGA (Braga)	455
<i>Sé/Catedral</i>	460
<i>Museu do Tesouro da Sé de Braga</i>	475
BRAGA (Gualtar).....	485
<i>Igreja de São Miguel</i>	485
BRAGA (Lomar)	489
<i>Igreja de São Pedro</i>	489
BRAGA (São Jerónimo de Real)	495
<i>Cenotáfio de São Martinho de Dume</i>	495
BRAGA (São Paio de Merelim / Vila do Prado)	505
<i>Ponte do Prado</i>	505
BRAGANÇA (Castro de Avelãs)	509
<i>Mosteiro de São Salvador</i>	510
BRAGANÇA (Santa Maria)	523
<i>Paço da Cisterna (Domus Municipalis)</i>	524
CABECEIRAS DE BASTO (Cavez)	535
<i>Ponte de Cavez</i>	535
CAMINHA (Arga de Baixo)	541
<i>Mosteiro de São João</i>	541
CAMINHA (Vile).....	545
<i>Igreja de São Pedro de Varais</i>	546

CANTANHEDE (Sepins)	553
<i>Igreja de São João Batista. Tímpano</i>	553
CARRAZEDA DE ANSIÃES (Selores)	555
<i>Castelo de Ansiães</i>	555
<i>Igreja de São Salvador de Ansiães</i>	562
CASTRO DAIRE (Ermida)	577
<i>Mosteiro da Ermida do Paiva</i>	577
CELORICO DE BASTO (Arnóia)	591
<i>Castelo de Arnóia</i>	591
<i>Mosteiro de São João</i>	595
CELORICO DE BASTO (Fervença)	601
<i>Igreja do Divino Salvador</i>	601
CELORICO DE BASTO (Ribas)	607
<i>Mosteiro do Salvador</i>	607
CELORICO DE BASTO (Veade)	615
<i>Igreja de Santa Maria</i>	615
CHAVES (Cimo de Vila de Castanheira)	623
<i>Igreja de São João Batista</i>	623
CHAVES (Outeiro Seco)	627
<i>Capela de Nossa Senhora da Azinheira</i>	628
CHAVES (Santa Leocádia de Montenegro)	637
<i>Igreja de Santa Leocádia</i>	637
CHAVES (Santa Maria Maior)	645
<i>Igreja de Santa Maria Maior</i>	645
CHAVES (São Julião de Montenegro)	649
<i>Igreja de São Julião</i>	649
CHAVES (Vale de Anta)	655
<i>Capela da Granjinha</i>	655
CINFÃES (Oliveira do Douro)	659
<i>Igreja de São Pedro da Ermida</i>	660
CINFÃES (Souselo)	663
<i>Igreja de Santa Maria de Escamarão</i>	663
CINFÃES (São Cristóvão de Nogueira)	669
<i>Igreja de São Cristóvão</i>	669
CINFÃES (Taruquela)	677
<i>Mosteiro de Santa Maria Maior</i>	678
COIMBRA (Coimbra)	691
<i>Cidade</i>	691
COIMBRA (Almedina)	703
<i>Sé-Velha</i>	703
<i>Museu Nacional de Machado de Castro</i>	731
COIMBRA (Santa Cruz)	765
<i>Mosteiro de Santa Cruz</i>	765
<i>Igreja de Santa Justa (vestígios)</i>	772
COIMBRA (São Bartolomeu)	775
<i>Igreja de Santiago</i>	775
COIMBRA (São Paulo de Frades)	789
<i>Igreja de São Paulo</i>	789
COIMBRA (Sé Nova)	793
<i>Igreja do Salvador</i>	793

Arquitetura civil e militar portuguesa durante o românico

Mário Jorge Barroca

Ao contrário do que aconteceu com a arquitetura religiosa românica, que beneficiou de condições privilegiadas de preservação, as obras de arquitetura civil e militar enfrentaram circunstâncias muito adversas que, não raro, conduziram à sua destruição ou à sua radical transformação. As circunstâncias são facilmente explicáveis. A *Casa do Senhor* foi, desde muito cedo, erguida em pedra, um material nobre e perene, que resistia ao tempo, e estas construções, ungidas em cerimónia de sagração, foram sempre estimadas e preservadas. Já no caso da arquitetura civil, as transformações sucederam-se: porque os requisitos de conforto se modificaram; porque os espaços quotidianos conheceram uma crescente especialização funcional (que os afastou da polivalência espacial e obrigou a uma multiplicação do número de compartimentos de cada casa); ou porque, maximamente, os gostos e as sensibilidades estéticas evoluíram. Por seu turno, no caso da arquitetura militar a explicação reside na inexorável evolução da poliorcética, que impôs novas soluções arquitetónicas, capazes de responder a novas armas e a novas táticas. Talvez assim se entenda melhor que a arquitetura civil que se pode vincular ao Românico português seja muito escassa e que os exemplos de arquitetura militar que chegaram até aos nossos dias estejam pejados de transformações e de acrescentos, numa tentativa de adaptação aos novos requisitos da poliorcética.

ARQUITETURA CIVIL

Abordar a arquitetura civil no período românico – balizando este entre as últimas décadas do século XI e os meados do século XIII – é, assim, uma tarefa muito complicada. Os exemplos presentes nos meios urbanos portugueses escasseiam e, na maior parte dos casos, sofreram alterações irremediáveis. No caso de vilas e cidades amuralhadas, onde as casas se tinham de comprimir dentro de muros, a escassez de espaço disponível ditou que, desde cedo, as construções urbanas optassem pelo desenvolvimento em altura. Não raro encontramos lotes urbanos estreitos e fundos (com proporções da ordem de 1:3), onde a construção de edifícios era feita à face da rua. A largura do lote era normalmente modesta, da ordem das 3 e 4 varas (3,30 a 4,40 m), facto que era compensado pela construção em altura. Na maioria das vilas e cidades portuguesas a área total das habitações quedava-se entre os 40 e os 50 m² por piso. A tipologia mais comum era a da casa sobradada, que compreendia rés-do-chão e um piso. Mais raras eram as casas com dois pisos sobradados. E só excecionalmente se atingiam os três pisos, o que ocorria apenas nas grandes cidades, como Lisboa. Por vezes o piso térreo era apoiado sobre arcadas, sustentadas por colunas ou pilares, como se assinalou nas plantas *De Guimarães* (1562-1569) e *De Vila do Conde* (1560-70), ou como vemos ainda em algumas construções sobreviventes (nos cascos urbanos de Guimarães, Viana do Castelo, Pontevedra, Santiago de Compostela, Lugo...). Noutros casos os pisos superiores apresentavam ressaltos, sacadas ou avançamentos, conquistando algum espaço sobre a via pública – o chamado *sobrado ladrão* –. Do ponto de vista dos materiais de construção, o piso térreo era normalmente erguido em pedra, mas os pisos superiores eram, na maior parte dos casos, feitos com recurso a materiais leves, como o tabique,

o fasquio, a taipa, a madeira ou o tijolo. Era o recurso a estes materiais, nomeadamente ao tabique e ao fasquio, que permitia os ressaltos ou avanços sobre a via. Na cobertura encontramos referência ao uso de elementos vegetais – sobretudo o colmo – mas também à telha, que acabaria por se generalizar nos meios urbanos nos finais da idade média. A casa da Rua do Sargento-Mor (em Coimbra), as casas do Beco da Achada e do Beco das Cruzes (em Lisboa), ou a casa da Rua da Vitória (no Porto), são bons exemplos deste modelo urbano medieval, onde sobressaem as carismáticas sacadas sobre o espaço público. Percorrendo as principais vilas e cidades portuguesas (Valença, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Barcelos, Vila do Conde, Chaves, Bragança, Miranda do Douro, Freixo de Espada-à-Cinta, Lamego, Viseu, Guarda, Coimbra, Santarém, Lisboa...), encontramos diversos exemplos de arquitetura civil medieval, que podiam ser aqui invocados. Mas a maioria pertence aos finais da idade média e, portanto, escapa à cronologia deste apontamento.

No caso da cidade do Porto, o mais antigo exemplo de arquitetura civil é a casa do Beco do Remoinho ou dos Redemoinhos (outrora também designado Viela dos Cónegos), nas traseiras da sé do Porto. Sabemos que aqui se localizava a casa do chantre portugalense D. Paio Pais, que a menciona no seu testamento, redigido a 15 de fevereiro de 1236. Nesse documento determina que a casa onde habitava ficasse para o Cabido da sé do Porto: *... mando capitulo Portugalensi domos meas de Remolino illas scilicet in quibus habito...* A rua onde esta construção foi erguida viu o seu espaço reduzido de forma significativa quando, nos inícios do século XVII, a charola românica da sé do Porto foi demolida para dar lugar à atual capela-mor. Estas obras, que expandiram o espaço da sé para nascente, transformaram a *rua do Remolino* num estreito beco. Neste recanto da cidade do Porto encontramos, ainda hoje, uma casa medieval que apresenta, no rés-do-chão, uma ampla porta com arco quebrado. A seu lado, uma janela retangular, moderna, obliterou uma outra abertura também dotada de arco quebrado, de que sobrevivem apenas alguns vestígios. No primeiro piso, o edifício tinha dois pares de janelas geminadas, de que sobrevive apenas um par, à esquerda, sobre a porta de entrada. O segundo par de aberturas foi mutilado pela implantação de uma ampla janela quadrada, e dele apenas sobrevive o vão do lado direito. A coroar a fachada, com implantação centrada, erguia-se a chaminé. Mas esta construção – que, como dissemos, é a mais antiga que se preserva no casco urbano do Porto – tem sido atribuída ao século XIV. Supomos que poderá pertencer aos finais do século XIII ou às primeiras décadas da centúria seguinte, já que a tipologia das janelas encontra paralelo na Tour de Dingy à Passy (Haute Savoie), onde, segundo Élisabeth Sirot, as janelas desta tipologia foram introduzidas com a reforma ocorrida no outono-inverno de 1311-1312. O mesmo tipo de janelas aparece em torres senhoriais portuguesas atribuídas aos inícios do século XIV, como é o caso da Torre de Lourosa do Campo (Burgo, Arouca), datada por epígrafe de 1314. Há outras construções dentro da área amuralhada do Porto – quer no burgo episcopal, no alto da Pena Ventosa, polarizado em torno da sé; quer no burgo régio, junto da frente ribeirinha, erguido em redor do edifício da Alfândega régia – que ostentam vestígios medievais (as torres da Reboleira, a torre do Barredo...), mas são sempre edifícios tardios. O Porto é, assim, magnífico exemplo das dificuldades que enfrenta quem, em Portugal, pretende investigar a arquitetura civil românica.

No meio rural, a ausência de constrangimentos de espaço conduziu a um predomínio das construções horizontais, dotadas apenas de piso térreo ou, nalguns casos, com um primeiro andar. Para este segmento os principais dados são veiculados pela Arqueologia. Mas, em Portugal, as escavações arqueológicas têm sido mais direcionadas para o passado islâmico do que para o período cristão. Os dados resgatados põem em evidência a opção pelo modelo da casa-pátio, com habitações estruturadas em torno de um pátio central, à maneira do mundo mediterrânico. Essas casas estão bem documentadas no bairro almóada de Mértola, na alcáçova do castelo de Silves ou no bairro islâmico do castelo de S. Jorge, em Lisboa, para apenas mencionar alguns dos locais onde as escavações colocaram a descoberto edifícios completos. O modelo replicado é sempre o mesmo: uma entrada discreta (por vezes em cotovelo, outras



Representação de duas torres na inscrição funerária de D. Afonso Perez (1266), no claustro de Santa Maria de Alcobaça. Provável alusão a Torres Vedras (Foto JNG)



Porto. Casa do Beco do Remoinho (Foto CG)

vezes direta, mas nunca possibilitando que, do exterior, se devesse a intimidade do lar), que dava acesso a um pequeno pátio, de configuração subquadrangular, em torno do qual se estruturavam os vários compartimentos da habitação (uma ou duas alcovas, um salão, a zona de cozinha e de fogo, a zona de higiene com a sua latrina, por vezes alguma área oficial que, quando existe, se abre para a rua). As áreas são normalmente modestas: entre 60 e 70 m². Do ponto de vista construtivo, os embasamentos eram feitos em pedra, mas, muitas vezes, depois de um soco de 50 cm, que garantia que a humidade dos solos não contaminasse as paredes, estas eram erguidas em taipa. Isso requeria que as casas fossem regularmente caiadas, um hábito que chegou até aos nossos dias. Alguns compartimentos apresentam estuques pintados, a ocre, com temas predominantemente geométricos.

Para o mundo rural cristão, do norte, os dados são muito mais modestos. Para os séculos do Românico carecemos de escavações realizadas em povoados abandonados que nos facultem elementos sobre os espaços de habitação, a sua organização, as suas áreas e os materiais utilizados na construção. Os indicadores que se podem retirar das fontes escritas revelam que, no mundo cristão, o número de compartimentos era substancialmente menor, podendo a habitação ser de espaço único, polivalente, ou ter dois compartimentos diferenciados – a *casa dianteira* e a *casa de trás* –. Também se percebe que muitas “casas” eram compostas por vários edifícios autónomos, sendo a cozinha normalmente um espaço independente, tal como a zona de armazenagem (celeiros) ou a reservada aos animais (currais). No mundo rural muitas construções seriam feitas com materiais perecíveis. Ao nível da cobertura, o recurso a elementos vegetais (como o colmo) permitia aligeirar o esforço exercido sobre as paredes da construção. Mas, observando os desenhos de Duarte de Armas percebemos que, ao lado do colmo, também se recorria a outros materiais, como a cortiça, as placas de xisto ou a telha vã.

A escassez de dados que registamos para a habitação comum estende-se, igualmente, às casas senhoriais, pelo menos nas fases mais remotas. Com efeito, não possuímos dados sobre os espaços de morada das principais famílias da nobreza portuguesa dos séculos XI e XII. Por vezes, nem sequer podemos apontar a sua localização exata. Esta realidade, que não pode deixar de surpreender, revela como as habitações da nobreza se distanciavam pouco da casa comum,



Castelo da Feira.



*Paço de Dona Loba, em
Fonte Arcada
(Foto JNG)*

sendo muito modestas e provavelmente erguidas com o mesmo tipo de materiais construtivos. A principal diferença não estava no tipo de materiais utilizados, mas radicava na área construída, mais ampla no caso dos estratos privilegiados. Despidas de grandes requintes, estas casas de morada foram abandonadas ou sofreram reformas posteriores, que acabaram por as modificar radicalmente.

Na segunda metade do século XII assistimos, um pouco por toda a Europa, ao aparecimento das residências senhoriais fortificadas. Estas habitações, porque se revestiram rapidamente de um valor simbólico, ajudando a definir o estatuto social de quem nelas habitava e afirmando-se como atributo da antiguidade de uma linhagem, passaram a ser também objeto de uma preservação diferenciada. E, por isso, elas chegaram até aos nossos dias em maior número. Com isto, desenha-se um paradoxo: não conseguimos apontar exemplos de habitações da alta nobreza, que detinha vários espaços de habitação, dispersos pelos seus domínios ou localizados junto da corte régia, mas podemos identificar vários exemplares da pequena e média nobreza, que tinha bens de fortuna muito mais circunscritos e que, na maior parte dos casos, dispunha de um único espaço de habitação... O aparecimento da *domus fortis* é um fenómeno arquitetónico muito interessante porque, pela primeira vez na idade média, uma forma arquitetónica passou a estar socialmente vinculada. Estas residências, relacionadas com famílias da pequena e média nobreza rural, adquiriram uma tipologia muito padronizada em todo o espaço europeu, onde a construção turriforme, coroada por ameias, se tornou onnipresente. Em Portugal, o primeiro exemplo de uma *domus fortis* remonta a junho de 1171, quando Elvira Fernandes vendeu a seu irmão, Lourenço Fernandes da Cunha, a metade do casal de Cunha (f. do c. Braga) que lhe coubera por herança, declarando que Lourenço Fernandes estava nele a fazer a sua quintã e torre — *ubi tu facis tuam quintanam et turrem* —. Quarenta anos volvidos, a Torre de Cunha seria destruída em 1210, por ordem de D. Sancho I, como nos revela um precioso documento onde Lourenço Fernandes da Cunha se queixa amargamente da injustiça de que fora vítima. Nesse diploma, conhecido como *Mentio de Malefactoria*, descreve-se a destruição da quintã e da Torre de Cunha, a primeira queimada (*miserunt igne in sua quintana de Cuina et cremaverunt eā totā*), a segunda derrubada e, de seguida, incendiada (*et dirribaverunt de ipsa turre quantā potuerunt et quod non potuerunt miserunt in eā igne qui eā findavit, quod nuquam potest esse mendata*). Nesse diploma descreve-se, ainda, o recheio da casa de Lourenço Fernandes, bem como as propriedades agrícolas que foram destruídas, sendo tudo avaliado em 1500 morabitinos. A Torre de Cunha é, assim, um caso verdadeiramente excecional, porque sabemos o momento em que foi construída, quando foi destruída, conhecemos o rol dos bens que se conservavam no seu interior, sabemos quem a mandou destruir (D. Sancho I) e quem executou a ordem régia (D. Vasco Mendes de Sousa). Apesar de hoje não sobreviver nenhum elemento, é provável que ela se localizasse um pouco a norte de Cunha e Lavegada, numa área onde ainda se preserva o sugestivo microtopónimo *Quintans*.

Depois de 1171, e ao longo de todo o século XIII, as residências senhoriais fortificadas multiplicaram-se, de forma progressiva, na paisagem do Entre-Douro-e-Minho. A proliferação pelo *norte senhorial* teve particular incidência durante o reinado de D. Sancho II. Com efeito, o período compreendido entre 1230 e 1245, que antecedeu a Guerra Civil de 1245-48 que conduziu Afonso III ao poder, parece ter sido um momento fulcral na propagação deste modelo arquitetónico. E isso explica todo o esforço que, depois dessa década e meia de desmandos, os monarcas portugueses, sobretudo D. Afonso III e D. Dinis, tiveram de encetar para controlar a proliferação das torres e das Honras ilegítimas. Estas torres adotavam normalmente uma planta quadrangular, tinham entrada soerguida e frestas estreitas e apresentavam-se coroadas por ameias. Copiavam, portanto, o modelo arquitetónico das torres de menagem dos castelos, que tinham sido introduzidas no panorama português pouco antes (a partir de 1160) e que se disseminaram rapidamente pelas estruturas operacionais. As torres senhoriais ostentavam, em média, entre 7 e 8 m de lado, o que, descontando a espessura dos muros, equivale a uma área útil por piso entre os 30 e os 40 m². No entanto, este espaço cedo começou a revelar-se

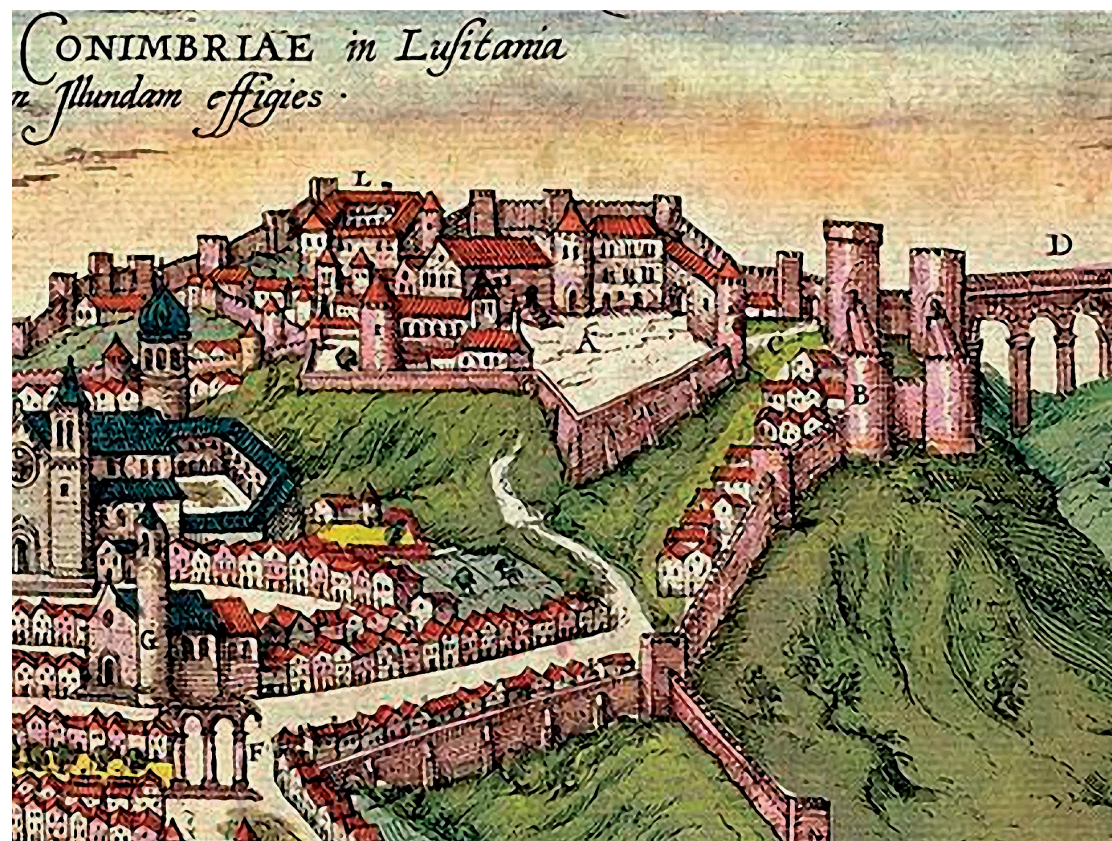
insuficiente para a vida quotidiana das famílias e, ainda durante o século XIII, começaram a aparecer construções anexas às torres. Estes *anexos residenciais* podiam ser construídos adossados às torres (podendo sobreviver nas paredes vestígios da sua existência) ou serem erguidos autónomos. Apresentavam uma área média de 14 x 8 m, ou seja, à volta de 100-110 m² de área útil por piso. E possuíam, em regra, dois pisos – um piso térreo, no qual se rasgava a porta de entrada, e um piso sobradado –. No andar térreo localizava-se a *aula* ou *sala*, espaço mais público da residência. No primeiro andar a *câmara*, a área de dormir da família, de acesso mais reservado. Apesar de muito alterados por reformas posteriores, ainda sobrevivem alguns exemplares destes anexos residenciais – como é o caso da Torre de Vasconcelos (Santa Maria de Ferreiros, Amares), do “Castelo” de Paranho (Terroso, Póvoa de Varzim) ou do Solar dos Pinheiros (Barcelos) –. Noutros casos as torres apresentam marcas que deixam perceber a existência, outrora, dessas construções adossadas – como é o caso do Paço de Guela (Guela, Arcos de Valdevez), que apresenta duas linhas de telhado marcadas na sua torre –. O Paço de D. Loba (Padronelo, Amarante), que durante muito tempo se pensou ser uma construção isolada, revelou, recentemente, que afinal integrava um conjunto monumental coroado por uma torre, de que restam apenas os alicerces, agora revelados pela arqueologia. Era, portanto, mais um exemplo de uma *domus fortis*. Mas noutros casos, as torres eram rodeadas por construções autónomas que, por isso, não deixaram marcas nas suas paredes. Era o caso, por exemplo, da Torre de Quintela (Vila Marim, Vila Real) que, segundo uma descrição de 1695, possuía várias construções organizadas em torno de um pátio. Hoje apenas sobrevive a torre.

ARQUITETURA MILITAR

No que respeita à arquitetura militar, foi durante os anos do Românico que se consubstanciou uma estrutura de castelo que, pela primeira vez, se aproximou do estereótipo moderno do “castelo medieval”. Com efeito, as primeiras estruturas castelares eram muito rudimentares e afastavam-se bastante do perfil que o castelo veio a assumir ao longo dos tempos medievais. A existência destes primitivos castelos começa a detetar-se na paisagem do norte de Portugal a partir do século IX (por volta de 870), acompanhando, assim, o momento das primeiras presúrias asturianas em território hoje português. A emergência do castelo medieval não pode, de resto, ser dissociada deste momento em que o norte de Portugal foi reenquadrado no seio do espaço geográfico controlado pela monarquia asturiana. As primeiras estruturas eram muito elementares: um simples circuito amuralhado no alto de um monte, erguido em *mamposteria* ou pedra seca, colmatando os espaços entre afloramentos rochosos. Estas estruturas ignoravam quase tudo o que viria a pertencer à arquitetura castelar: não possuíam torres ou torreões, não tinham parapeitos nem ameias, provavelmente não teriam sequer portas estruturadas, com arcos e aduelas... Tratava-se de simples recintos de refúgio que eram criados no alto de montes, normalmente dominados por *tors* ou afloramentos rochosos, que tiravam o máximo proveito das diferenças de cota. Estas estruturas eram erguidas coletivamente, pelo esforço de várias comunidades que viviam disseminadas pelos vales e que a eles podiam recorrer em caso de ameaça. Na documentação da época conseguimos identificar, até ao ano 1000, mais de meia centena de casos. Mas certamente muitos escaparam ao registo escrito. Na viragem do milénio estes recintos já estruturavam a paisagem, servindo de referencial geo-administrativo nos diplomas de doação, escambo, compra ou venda de propriedades. O que significa que as populações já lhes reconheciam um papel de ordenadores da paisagem. A par destes castelos incipientes, quase sem arquitetura, que a arqueologia vai desvendando aos poucos, encontramos outras estruturas mais sofisticadas: os castelos ligados às famílias da nobreza condal. Alguns podem ser identificados, como é o caso do castelo de Guimarães (certamente muito distinto do que hoje ali se pode ver...), do castelo de Vermoim, do castelo de Lanhoso, do castelo de Santa Maria

da Feira ou do castelo de Trancoso. No entanto, algumas das estruturas designadas na documentação da época como *castellum* podiam não assumir a forma de um “castelo”. Algumas eram simples, mas robustas, torres de pedra, como são os casos, notáveis, da torre de Santa Marinha da Costa (relacionada com a pristina residência condal portugalense) ou da torre de Trancoso (correspondente ao *castellum* da condessa D. Flamula ou Chamôa Rodrigues, mencionado em diploma de 960). Nas estruturas relacionadas com a elite condal portugalense já encontramos elementos arquitetónicos mais requintados, como alguns torreões (Lanhoso, Feira), portas devidamente estruturadas e dotada de arcos ultrapassados (Costa, Feira) e até entradas enquadradas por torreões (Lanhoso). Mas, provavelmente, continuariam a não ter ameias, uma solução arquitetónica que surge no mundo islâmico e que só mais tarde adquiriu valor militar e passou a integrar as estruturas castelares cristãs.

A partir dos meados do século XI, o norte de Portugal assistiu a uma profunda transformação na forma como a sua paisagem se encontrava organizada. As investidas militares de al-Mansur – que, entre 981 e 1000, atingiram por nove vezes o ocidente peninsular – tinham colocado em evidência a fragilidade da matriz militar de herança asturiana. Com efeito, a organização espacial que tinha por base as *civitates* tinha-se revelado incapaz de assegurar a defesa do território. A partir de 1057 Fernando Magno conduziu uma série de campanhas militares a sul do Douro que culminaram, em 1064, na conquista definitiva de Coimbra. Com elas, o mundo cristão recuperou o controle do espaço a sul do Douro, que perdera para al-Mansur. Na sequência destas campanhas militares, Fernando I (que morre logo em 1065) e seu filho e sucessor, Afonso VI, procederam a uma progressiva reorganização do território. A nova matriz espacial passou a apoiar-se nas *terras*, circunscrições territoriais com uma área muito mais reduzida que a das *civitates*. Estes novos espaços eram controlados a partir de um castelo que, em breve, se tornaria a única estrutura militar dentro do seu âmbito geográfico. A coroa confiou o governo destas *terras* e dos seus castelos aos elementos da mais alta nobreza, entregando-os em



O castelo de Coimbra em 1598 (Braun e Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*). Esta fortaleza foi demolida em 1772-1773

regime de *tenência*. O modelo da *tenência*, que se inspirou nas alcaidarias muçulmanas, implicava que a nobreza nunca tivesse uma posse plena e definitiva da estrutura militar, mas apenas uma posse delegada e temporária, que podia ser revogada pelo monarca quando este o entendesse. Desta forma, a posse temporária das fortificações nunca se converteu numa posse plena e hereditária. Ou seja, o *tenens* manteve-se sempre como um administrador do castelo e da *terra* em nome do monarca, nunca se converteu verdadeiramente em *senhor* do castelo. Se o aparecimento das primeiras *terras* é um acontecimento ligeiramente anterior às campanhas militares de Fernando Magno, a disseminação deste modelo territorial foi um acontecimento claramente relacionado com os momentos que se sucederam às suas investidas militares. Com efeito, mais de 85% das primeiras referências a *terras* ocorre depois das primeiras campanhas militares de Fernando Magno (ocorridas em 1057 e em 1058). Este modelo de organização conheceu um enorme sucesso, que atravessou todo o século XII e boa parte da centúria de Duzentos. Assim, foi este modelo que serviu de base à estruturação do reino português nos primeiros tempos da sua independência, ao longo dos reinados de D. Afonso Henriques e dos seus sucessores. Manteve-se em vigor até 1287, quando D. Dinis, nas vésperas de se lançar numa enorme campanha de reforma gótica dos castelos portugueses, optou pela extinção das *terras*, afastando a nobreza do governo das fortificações. Podemos, assim, dizer que as *terras* foram o "modelo românico" de organização territorial em Portugal.

A reforma administrativa que implementou as *terras* esteve umbilicalmente ligada à emergência do castelo românico. Com efeito, a reestruturação do espaço em *terras* trouxe consigo uma redução significativa do número de castelos. O caso da *civitas* de Anégia é elucidativo. O seu vasto espaço, com cerca de 200 km², que se repartia pelas duas margens do rio Douro, comportava 16 pequenos castelos. A partir de 1059 o seu território começou a fracionar-se, dando origem a diversas *terras*. No seu espaço surgiram seis *terras*. E, paulatinamente, os pequenos castelos rurais foram abandonados em detrimento do castelo cabeça de *terra*. Ou seja, passamos de um universo de 16 castelos, que conviviam dentro do espaço da *civitas* de Anégia,



Castelo de Lanboso.
Porta de entrada entre duas
torres (Foto JNG)



Castelo de Almourol, com a sua grande torre de menagem construída pela Ordem do Templo em 1171

para apenas seis castelos. Foi esta redução do número de estruturas militares que tornou possível, do ponto de vista económico, a reforma românica das fortificações. Erguido em pedra, o castelo românico era, como se sabe, uma estrutura muito dispendiosa e a difusão deste modelo requereu um grande esforço por parte da coroa portuguesa.

É difícil determinar o momento a partir do qual o modelo do castelo românico emergiu no espaço português. Com efeito, não estamos perante uma inovação que tenha sido introduzida numa ocasião precisa, mas em face de uma série de pequenas novidades que foram ajudando a configurar o perfil do castelo românico e que, por isso, se espalharam ao longo de várias décadas. Estas novidades começam a surgir a partir dos finais do século XI e vão estender-se pela primeira metade da centúria seguinte, pelo menos até à década de 1160.

O castelo românico é uma máquina de guerra concebida à luz do paradigma da *defesa passiva*. Com efeito, o castelo românico foi concebido para resistir. Não nos esqueçamos que ele surge numa altura em que a *guerra de cerco* dava os seus primeiros passos. O primeiro cerco que temos conhecimento em Portugal foi o de Lamego, que Fernando Magno levantou em 1057. Por essa altura, as operações de cerco eram empresas pouco demoradas e os engenhos utilizados ainda estavam pouco evoluídos. Neste contexto, a eficácia militar do castelo para fazer face à guerra de cerco passava, sobretudo, pela presença de muralhas altas e espessas, capazes de impedir o assalto de forças sitiadas, e pela criação de cisternas ou reservatórios de água no interior do circuito muralhado, fundamentais para que a sua guarnição fosse capaz de resistir a uma operação de cerco. Por isso, um dos primeiros sintomas da afirmação deste novo modelo

de castelo foi a sistemática substituição das paliçadas de madeira, vulneráveis ao uso de fogo, por muralhas de pedra (castelo de Matos, Baião). Para além desta petrificação das estruturas muralhadas, o aparecimento das primeiras cisternas no interior dos castelos portugueses é outro sintoma igualmente significativo. Estes reservatórios começaram a disseminar-se depois das Campanhas das Beiras, acompanhando o triunfo da guerra de cerco ou de conquista territorial. Numa fase inicial, assumem a forma de reservatórios de desenvolvimento vertical, à maneira de poços, mas sem autonomia no abastecimento de água. Encontramos bons exemplos dessas primeiras cisternas no castelo de São Martinho de Mouros (circa 1058), no castelo de Penela (circa 1064), no castelo de Germanelo (circa 1142), no castelo de Monsanto (circa 1165) ou nos castelos de Numão, de Ansiães e de Castelo Melhor (todos dentro do século XII). Mais tarde evoluíram para os reservatórios abobadados.

Erguidas em pedra e com uma espessura da ordem das duas varas (isto é, cerca de 2,20 m), as muralhas dos castelos românicos começaram por ter um número muito limitado de torreões e por apresentar apenas duas aberturas: a porta de entrada principal e a porta da traição. A porta principal abria-se numa zona de acesso fácil, porque se destinava ao uso quotidiano. Podia apoiar-se entre afloramentos (como vemos nos castelos de Castro de Laboreiro ou de Guimarães), para passar mais despercebida, e, não raro, não apresentava qualquer torreão a reforçar a sua defesa. A generalização destes foi um acontecimento tardio e muitos castelos – a começar pelo castelo de Guimarães ao longo de todo o século XII –, não possuíam torreões a ladear as suas entradas. Por seu turno, a porta da traição rasgava-se camuflada em algum recanto, numa zona de acesso difícil, onde não era previsível que o inimigo viesse a levantar cerco. Destinava-se a facilitar o envio de emissários em caso de necessidade, convocando ajuda externa para auxiliar a guarnição do castelo quando esta se visse cercada ou ameaçada. A porta da traição é, por isso, um organismo típico da *defesa passiva*, que viria a ser progressivamente abandonado pelos castelos góticos.

Como referimos, as muralhas românicas apresentam espessuras que rondam os 2 m e que, muitas vezes, coincidem com as duas varas (ou seja, os 2,20 m). Nas zonas graníticas, em que as pedras eram cortadas em silhares, era o suficiente. Mas em zonas de calcário, de xisto ou de rochas metamórficas, em que o aparelho de construção recorria a pedra miúda e irregular, as muralhas podiam alargar a sua espessura até às 3 varas (ou seja, 3,30 m). Na sua base, podiam apresentar sapatas escalonadas, sempre localizadas na face externa da estrutura. Destinavam-se a reforçar os alicerces e a dificultar a utilização de torres de assalto ou de outros engenhos de cerco. No que diz respeito ao remate superior das muralhas, foi com o Românico que se passou a incluir regularmente adarve, parapeito e ameias. O adarve – palavra derivada do árabe *ad-darb*, "caminho estreito" –, era o percurso que se implantava na secção superior da muralha, aproveitando a sua espessura, e que era percorrido pelas rondas, sendo, por isso, também conhecido como *caminho de ronda*. Na sua face voltada ao exterior era protegido pelo parapeito, uma estrutura corrida, com cerca de 1 m de altura e 0,80 m de espessura, que prolongava a face externa da muralha. Este parapeito era rematado pelas ameias, estruturas pétreas, intervaladas pelos espaços das *abertas*, que defendiam os soldados do tiro inimigo. Em Portugal, a maior parte das ameias apresentava perfil pentagonal (aparentemente mais típico do norte) ou retangular (mais característico do centro e sul do reino). Mas houve algumas variantes, como as ameias com remate em arco quebrado (castelo e vila de Marialva), ou as ameias com remate piramidal, características de aparelhos de construção com pedra miúda (castelo de Arouce, Lousã). A difusão dos parapeitos ameados, que é uma conquista do Românico, conferiu, finalmente, ao castelo medieval a silhueta estereotipada de uma estrutura militar.

No que respeita à presença de torreões, devemos assinalar que alguns castelos os apresentavam (e desde fases relativamente antigas, como foi o caso de Lanhoso), mas que a maioria deles dispunha de um número muito reduzido de estes organismos. Podemos mesmo apontar casos de castelos que nunca conheceram torreões (por exemplo, o castelo de Marialva; o castelo

*Castelo de Numão.
Muralha com escadas
de acesso ao adarve
(Foto Direção
Regional de Cultura
do Norte ©, Luís
Ferreira Alves, 2010)*



*Castelo de Tomar.
Alambor na base da
muralha*



de Vilar Maior, Sabugal, antes da construção da torre de menagem de D. Dinis; o castelo de Lamego, antes da construção da torre de menagem; ou o castelo de Guimarães, nas suas fases mais antigas, anteriores à reforma de D. Afonso III/D. Dinis, ocorrida no século XIII). Ou exemplos de castelos que apresentavam um único torreão (por exemplo, o castelo de Arnóia, Celorico de Basto; ou o castelo de Ranhados, Mêda). Mesmo castelos relativamente tardios, que resultaram de encomendas régias, podiam não apresentar qualquer torreão (como foi o caso do castelo de Germanelo, erguido por decisão de D. Afonso Henriques, *circa* 1142). Por isso, os exemplos dos castelos de Pombal e de Almourol, construídos por D. Gualdim Pais (o primeiro a partir de 1156, o segundo em 1171), ambos dotados de dez torreões, não podem deixar de ser assinalados. Eles revelam uma atenção à prática do tiro flanqueado que se sente igualmente noutras fortificações dos Templários portugueses, como é o caso do castelo de Tomar (construído entre 1160 e 1169-70), o mais importante e requintado castelo português do século XII.

Numa fase inicial, os castelos românicos ignoravam a torre de menagem. O aparecimento deste elemento é, em Portugal, um acontecimento bem datado, porque a novidade de que se revestiu conduziu a que fosse comemorado pela colocação de epígrafes. A primeira torre de menagem construída em Portugal foi a torre de menagem do castelo de Tomar, cuja construção se iniciou a 1 de março de 1160. Gualdim Pais, nobre que tinha regressado do Próximo Oriente em 1156 e que assumiu os destinos da Ordem do Templo em Portugal, não se esqueceu de assinalar o facto, mandando gravar uma inscrição no lintel da porta de entrada, rasgada ao nível do primeiro andar. A torre de menagem do castelo de Tomar é, curiosamente, uma torre de planta retangular. Mas a esmagadora maioria das torres de menagem portuguesas acabariam por adotar uma planta quadrangular. Depois de ter terminado a construção do castelo de Tomar, a Ordem do Templo iniciou um ambicioso programa de reforma dos seus castelos, e construiu torres de menagem em várias outras estruturas: em Pombal (1171), em Almourol (1171), em Penas Róias (1172), em Longroiva (1174), em Monsanto (entre 1165 e 1172) e em Soure (*circa* 1175). Nos quatro primeiros casos o acontecimento ficou comemorado pela colocação de inscrições, o que revela bem como esta construção era inovadora e prestigiante. A difusão da torre de menagem por outros castelos, fora da Ordem do Templo, foi um acontecimento um pouco mais tardio, que se afirma com a aproximação do final da centúria. A Ordem do Hospital também incluiu torre de menagem no castelo de Belver, que começou a construir em 1194, depois da doação da *terra de Guidimtesta*, que D. Sancho I assinou em 13 de junho de 1194 a favor da Ordem, com a obrigação de os Hospitalários aí construírem um castelo ao qual o monarca impunha o nome de Belver – ... *de terra que vocatur Guidimtesta in qua concedimus vobis ut faciatis castellum quodam cui imponimus nomen Belveer* ... Para além dos castelos das ordens militares, é natural que outras estruturas também tenham sido recetivas a esta novidade. Tal foi o caso do castelo de Coimbra, o castelo régio português por excelência (desde que D. Afonso Henriques, em 1131, elegera a cidade do Mondego para sua residência regular). A sua torre de menagem terá sido erguida por D. Afonso Henriques, provavelmente depois da torre de Tomar, e, portanto, algures entre 1160 e 1185. A ela veio-se juntar, no reinado de D. Sancho I, a *Torre Quinária* (ou *Torre de Hércules*), uma potente torre pentagonal cuja construção ficou assinalada por uma inscrição que a permite datar do ano de 1198. Infelizmente, em 1772-1773 a zona do Castelo de Coimbra foi demolida por ordem do Marquês do Pombal, para que fosse aqui construído o Observatório Astronómico. As demolições foram realizadas, mas o Observatório acabou por ser erguido noutro lugar... Mas em 1772, antes de se terem iniciado as demolições, foram realizadas diversas plantas das estruturas medievais, da autoria de William Elsdon e de José Carlos Magne. De acordo com elas, a torre de menagem, ali designada "Castello Novo", teria perto de 16,5 m de lado e abrigaria uma cisterna na sua base (tal como a de Tomar...). Elevava-se a cerca de 22 m de altura. Por seu turno, a Torre Quinária, apelidada de "Castello Velho", apresentaria uns 11 m na face voltada ao *Picadeiro* e cerca de 10 m nas restantes faces. Mas seria mais elevada que a torre de menagem, atingindo cerca de 26 m de altura. Comparada

com a torre de menagem de Tomar, que mede 10 x 7 m, a torre de menagem de Coimbra era muito maior. Mas as suas dimensões talvez não mereçam grande reparo se tivermos em atenção que se tratava do castelo onde o monarca tinha residência habitual e onde se guardava parte do tesouro real português. Era natural que fosse a maior torre de menagem do reino... As restantes torres de menagem portuguesas quedavam-se por valores bem mais modestos: algumas com 7 m de lado ou pouco mais, a maioria à volta dos 10 a 12 m de lado. Mais de metade das torres de menagem portuguesas apresentam o seu interior dividido em 3 pisos (rés do chão e dois andares) e só um limitado grupo de exemplos, normalmente tardios, apresenta 3 ou 4 pisos interiores (para além do piso térreo). Por fim, e no que respeita à implantação, as primeiras torres de menagem portuguesas erguiam-se isoladas no centro do pátio do castelo, evitando contacto com as muralhas ou outras estruturas. Esta era uma opção clássica no âmbito do conceito de *defesa passiva* e 40% das torres de menagem portuguesas seguiram esse padrão.

Para além da torre de menagem, o Românico assiste à adoção nos castelos portugueses de outras soluções arquitetónicas dignas de realce. Mencionaremos apenas três. As duas primeiras também se ligam à Ordem do Templo e a D. Gualdim Pais. Referimo-nos ao aparecimento do alambor e do hurdício nos castelos portugueses. O alambor era uma estrutura rampeada criada no exterior das muralhas ou torres de menagem, destinada a eliminar ângulos mortos, a dificultar os trabalhos de sapa e a impedir o uso de engenhos de assalto. O hurdício, por seu turno, era uma galeria em madeira criada no alto das torres, destinada à prática de tiro vertical. Foi, assim, de algum modo, o antecessor do *machicoulis* ou, entre nós, do *balcão com matacões*. As duas inovações devem ter sido introduzidas entre nós por D. Gualdim Pais, que as viu nos castelos dos Cruzados, nos Estados Latinos do Próximo Oriente, onde permaneceu entre cerca de 1151 e 1156. Sabemos, por intermédio das inscrições de Pombal e de Almourol (ambas datadas de 1171), que Gualdim permaneceu durante cinco anos na Terra Santa, para onde se deslocou no âmbito da IIª Cruzada. Sabemos, igualmente, que percorreu toda a costa mediterrânica do Próximo Oriente. Com efeito, as epígrafes mencionam a sua participação na tomada de Escalona e na defesa de Antioquia. Escalona fica situada a sul, na Faixa de Gaza, correspondendo hoje a Tel Ashqelon. O cerco foi levantado por Balduíno III de Jerusalém e iniciou-se a 25 de janeiro

Alambor no castelo cruzado de Belvoir ou Kokhav ha-Yarden (Israel). Esta estrutura, comum nos castelos cristãos da Terra Santa, foi o modelo aplicado por D. Gualdim Pais em vários castelos templários em Portugal (Foto JNG)





Castelo de Longroiva. Note-se os encaixes para o burdício na parte superior da torre de menagem (Foto MSCH)

de 1153. Terminou oito meses depois, a 19 de agosto de 1153, com a rendição da cidade. Já Antioquia (hoje Antáquia, na Turquia) ficava a norte. Entre 1149 e 1153 o Principado foi governado por Constança de Antioquia, viúva de Raimundo de Poitiers, e teve de enfrentar os ataques do Sultão de Konya, Mas'ud I (1116-1156), que estava à frente do Sultanato de Rûm e que tinha dominado o Condado de Edessa em 1149. Os dois acontecimentos mencionados nas inscrições de Pombal e de Almourol permitem, portanto, supor que por volta de 1153-1154 Gualdim Pais estava no Próximo Oriente e que se deslocou entre Escalona e Antioquia, percorrendo mais de 500 km (em linha reta) entre os dois pontos. Nesse percurso terá contactado com os principais castelos dos Cruzados que eram, na altura, as mais avançadas estruturas militares europeias e mediterrânicas.

De regresso ao reino, Gualdim Pais aplicou o alambor em Pombal, junto da porta de entrada. Mas foi em Tomar, cuja construção arranca a 1 de março de 1160, que o alambor foi utilizado com uma extensão e uma dimensão que não voltaria a ser vista entre nós: todas as muralhas exteriores de Tomar, incluindo o castelo (muralha externa e muralha virada ao pátio), a área destinada aos freires (no extremo da qual, depois, se ergueu a Charola românica) e o recinto destinado à povoação civil (distinguida pelos forais de 1162 e 1174), foram dotadas de alambor. A estrutura, com uma enorme pujança, deve ter sido decisiva na dissuasão de Abu Yakuf Yusuf, que depois de sitiar a povoação durante cinco dias, acabou por desistir e levantar o cerco (acontecimento comemorado por inscrição de 5 de julho de 1190). Depois de ter sido utilizado em Tomar, o alambor seria de novo aplicado pelos Templários na torre de menagem

de Pombal (1171), no castelo de Almourol (1171) e na torre de menagem de Soure (1175). Mas, como vemos, numa escala muito menor – o que reflete o custo inerente à sua criação e valoriza ainda mais o enorme esforço empreendido em Tomar, apenas explicável por que estava a erguer a nova sede militar da Ordem em Portugal –. O alambor era, à época, ignorado pela arquitetura militar peninsular. Mas no Próximo Oriente foi solução utilizada em vários castelos dos Cruzados, como foi o caso do castelo de Saône (hoje Qal'at Ṣalāḥ al-Dīn, na Síria), do castelo de Margat (hoje Marqab, na Síria), do conhecido Krak des Chevaliers (hoje Qal'at al-Hisn, na Síria), do castelo de Beaufort (hoje Qal'at al-Shaqif Arnun, no Líbano), do castelo de Belvoir (hoje Kokhav ha-Yarden, em Israel) ou de Kerak (hoje Karak, na Jordânia).

A segunda inovação que julgamos dever ser atribuída a Gualdim Pais foi o recurso ao hurdício. Estas galerias de madeira, criadas no alto das torres, permitiam tiro vertical sobre a zona de alicerce, impedindo ou dificultando os trabalhos de sapa. Mas, como eram erguidas em material perecível, tornavam-se vulneráveis ao uso de projeteis incendiários e, por isso, acabaram por ser abandonadas. A sua existência apenas pode ser detetada pelos negativos dos encaixes das traves. O primeiro exemplo que conhecemos em Portugal encontra-se na torre de menagem de Longroiva, que foi erguida por Gualdim Pais e pelos freires do Templo em 1174.

A terceira e última inovação que registamos na arquitetura militar não se deve a influências dos Cruzados e do Próximo Oriente, mas antes à arquitetura militar dos Almóadas. Com efeito, os Almóadas foram os grandes responsáveis pela difusão, na Península Ibérica, das *torres albarrãs*. A designação destas torres – derivada do árabe *al-barrān*, "no exterior" ou "de fora" – explica a sua tipologia. Tratava-se de torres erguidas no exterior do espaço amuralhado, ligadas às muralhas apenas por um arco ou passadiço, criado à cota do adarve. Estas torres tinham a vantagem de proporcionar uma plataforma que possibilitava a prática de tiro com ângulo a partir do exterior, permitindo varrer a base externa dos muros. Foi solução muito utilizada na



Torre albarrã do castelo de Óbidos (Foto JNG)

arquitetura militar almóada, mas também acabou por contaminar a arquitetura militar cristã. Em Portugal conhecemos 28 torres albarrãs, distribuídas por treze locais distintos. Algumas não chegaram até nós, mas conhecemos por representações iconográficas. Dessas 28 torres, seis foram iniciativa cristã (Castelo Rodrigo, Alcobaça, Óbidos, Alandroal e Vila Viçosa). O que mostra como nos finais do século XII e na primeira metade do século XIII, a arquitetura militar portuguesa continuava atenta às inovações forâneas.

Mas os meados do século XIII trouxeram novos ventos de mudança. E com eles triunfou um novo modelo arquitetónico – o *castelo gótico* – de que foram grandes obreiros D. Afonso III e, sobretudo, D. Dinis...

Bibliografia

Arquitetura Civil

ALARCÃO, J., 2008; AZEVEDO, C., 1969; BARROCA, M.J., 1989; BARROCA, M.J., 1998a; BARROCA, M.J., 2014; CONDE, M.S.A., 2010; CONDE, M.S.A., 2011; COSTA, A.J., 1979; FERREIRA, M.C.F., 2000-01; MACIAS, S., 1994b; MACIAS, S., 2004; SILVA, J.C.V., 1995a; SILVA, J.C.V., 1999; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2013b; TEST. ECC. PORT., doc. n.º 7.2 (de 1236, fevereiro, 15), p. 528; TRINDADE, L., 2002.

Arquitetura Militar

ALARCÃO, J., 2008; ALMEIDA, C.A.F., 1978b; ALMEIDA, C.A.F., 1989; ALMEIDA, C.A.F., 1992a; ALMEIDA, C.A.F., 1993; BARROCA, M.J., 1990-91; BARROCA, M.J., 1994b; BARROCA, M.J., 1996-97; BARROCA, M.J., 1998b; BARROCA, M.J., 2000d; BARROCA, M.J., 2001a; BARROCA, M.J., 2001b; BARROCA, M.J., 2002b; BARROCA, M.J., 2003a; BARROCA, M.J., 2004; BARROCA, M.J., 2017b; BARROCA, M.J., 2017d; CATARINO, H., 1997-98; DS, doc. n.º 73 (de 1194, junho, 13); FERNANDES, I.C.F., 2004; GOMES, R.C., 1996; GOMES, R.C., 2003; GOMES, R.V., 2003; GOMES, S.A., 2004b; MACHADO, F.S.L., 1936; MARTINS, M.G., 2016; OLIVEIRA, N.V., 2010; PINA, L., 1933; SILVA, A.V., 1937; TEIXEIRA, R., 2001; TEIXEIRA, R., 2017.